

Autoridades continuam insatisfeitas com o número de pessoas detidas

Maputo – A fraca implementação da Lei sobre as Uniões Prematuras nas zonas urbanas e nas zonas rurais está a ter implicações directas na detenção de maior número de cidadãos envolvidos com crianças em todo o país. Sem indicar números, a representante do Ministério do Género, Criança e Acção Social, Ana Namburete, disse que, em todo o país, existem muitos cidadãos detidos, mas o número ainda não satisfaz as autoridades fiscalizadoras, pois acredita-se que há muito cidadãos violadores da lei que estão a ser encobertos dentro das comunidades. Ana Namburete afirmou que, depois de ter sido aprovada a Lei 19/ 2019, tem-se feito a sua divulgação através de trabalhos de fiscalização, mesmo agora com a pandemia de covid-19. “Na verdade, ainda há muito trabalho por se fazer. Constatámos que ainda há alguma fraqueza na divulgação desta Lei, porque ainda se constatam violações, ainda há crianças envolvidas em uniões prematuras. Mas pensamos que ainda vamos a tempo. Este ano, por ser atípico, impediu aquelas reuniões de grande vulto. Então a divulgação é feita de forma um pouco tímida ou restrita. Pensamos que, a partir destes fóruns que temos tido, do trabalho que estamos a fazer hoje e do outro que temos vindo a fazer com as outras organizações, o passo vai ser acelerado. Por enquanto, achamos que o passo é ainda muito lento”, disse Ana Namburete. Uma outra questão que tem preocupado as autoridades de fiscalização é o facto de poucas pessoas terem sido sancionadas pelo facto de estarem casadas com menores de idade. “Do trabalho que fizemos, das informações que nos foram facultadas durante a nossa fiscalização, não tivemos muitos números de pessoas punidas por envolvimento em uniões prematuras. Percebemos que há um bocadinho de receio em divulgar, inclusive, os nomes das pessoas que estão envolvidas. Há receio de dizer que ‘na nossa zona, no meu distrito, há tantas pessoas envolvidas’. Porém sentimos que há um trabalho que está a ser feito a nível da base para sensibilizar essas pessoas”, afirmou. E acrescentou: “Haver informações de pessoas, sim, pessoas detidas, mas o número não nos satisfaz, em relação àquilo que tem sido o número das violações anunciadas. Mesmo em tempos complicados, há medidas que podem mudar a situação de casamentos prematuros, e que a Lei seja conhecida e aplicada. Para que tal aconteça, é indispensável que haja acções conjuntas e combinadas, porque, independentemente da gravidade e da grandeza do problema, a união e a solidariedade sempre vencem”, disse Ana Namburete. E acrescentou que, dois anos após a sua divulgação, a implementação da lei está a falhar porque muitas organizações interessadas em proteger as raparigas estão a agir de forma individual. “É necessário que se juntem todas as organizações da sociedade civil interessadas nesta matéria, porque a Assembleia da República e o Ministério sozinho não são capazes de abranger todo o nosso país. Há uma necessidade de toda a gente se envolver, para que haja um nível de abrangência nos resultados obtidos até ao momento”. Em Moçambique, as províncias com maior número de casos de uniões prematuras são Manica, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. (Joana da Lúcia)